



Gabinete de Investigação de Acidentes Marítimos
e da Autoridade para a Meteorologia Aeronáutica

Investigação de acidentes marítimos

Sumário da Atividade

1º SEMESTRE DE 2017





No âmbito da investigação de acidentes marítimos, compete ao GAMA desenvolver, de modo autónomo e independente, as atividades de investigação técnica relativas a acidentes e incidentes marítimos, com vista a apurar as respetivas causas e emitir recomendações de segurança que vissem prevenir e reduzir as suas ocorrências.

Compete ainda ao GAMA, em cumprimento da Diretiva 2009/18/CE, transposta para o quadro jurídico nacional através da Lei n.º 18/2012, de 07 de maio, notificar a Comissão Europeia através da plataforma europeia de informações sobre acidentes marítimos (EMCIP) de todos os acidentes e incidentes que ocorram com um navio/embarcação que arvore a bandeira nacional, independentemente do local, bem como no mar territorial do Estado português ou nas suas águas interiores, qualquer que seja a bandeira das embarcações/navios envolvidos.

Adicionalmente, o GAMA colabora no âmbito do quadro permanente de cooperação (PCF), juntamente com os restantes Estados-Membros da União Europeia e a EMSA no estabelecimento de práticas comuns incluindo a taxonomia para a descrição dos acidentes e incidentes.

Anualmente a EMSA utiliza a informação carregada pelos Estados Membros na EMCIP, analisada de acordo com a taxonomia estabelecida, para publicar um resumo dos acidentes marítimos notificados no âmbito da Diretiva 2009/18/CE, disponível para consulta em www.emsa.europa.eu.

O objetivo da publicação deste sumário de atividade do GAMA relativo à investigação de acidentes marítimos, que agora se inicia, embora utilizando a mesma metodologia, com formatação e simbologia em tudo semelhante à utilizada pela EMSA, vai para além do âmbito estrito da Diretiva 2009/18/CE, incluído igualmente estatísticas sobre embarcações de pesca de menor dimensão que compõe a maioria da frota nacional. No futuro, à medida que a informação estiver disponível, serão incluídas comparações e analisadas evoluções com períodos anteriores e homólogos.

Miguel Sequeira

Diretor

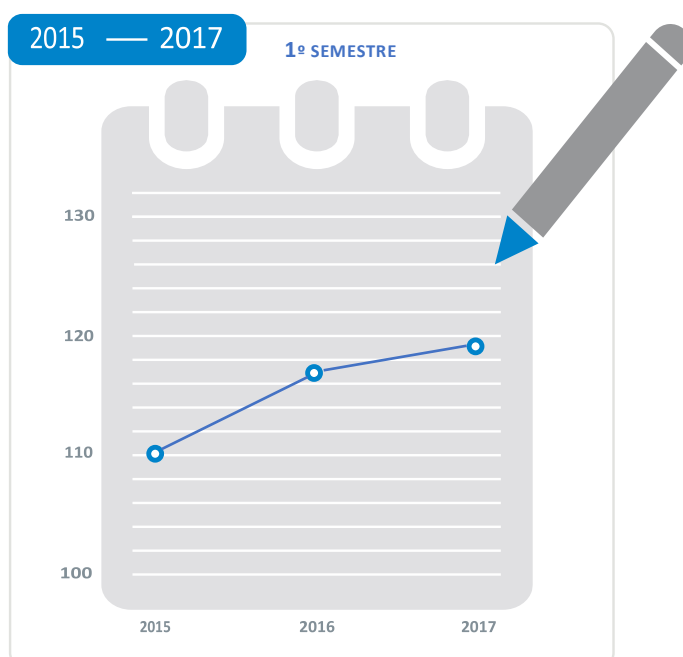
O 1º Semestre de 2017 em números



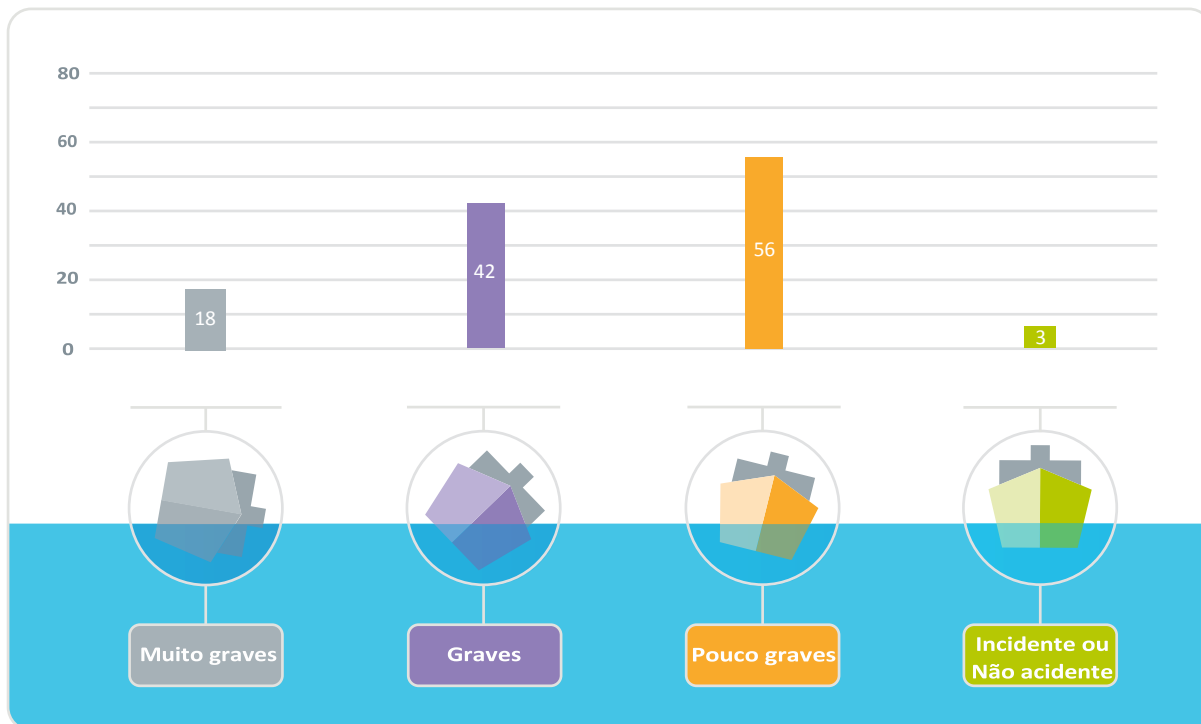
Notificações de acidentes e incidentes

Tal como em outros Estados Membros ainda se verificam falhas na notificação obrigatória de ocorrências ao GAMA. No entanto, o aumento relativo de notificações tem baixado ao longo do tempo como resultado da ampla divulgação junto do sector da atividade do GAMA e do estabelecimento da cooperação com outras entidades, como a DGAM e a DGRM.

As falhas de notificação estão geralmente associadas a ocorrências menos graves e/ou a embarcações de pesca. À medida que as falhas de notificação forem eliminadas será possível analisar de forma mais rigorosa tendências do número de acidentes e incidentes ocorridos.



Gravidade dos acidentes e incidentes



Das 18 notificações classificadas como muito graves:

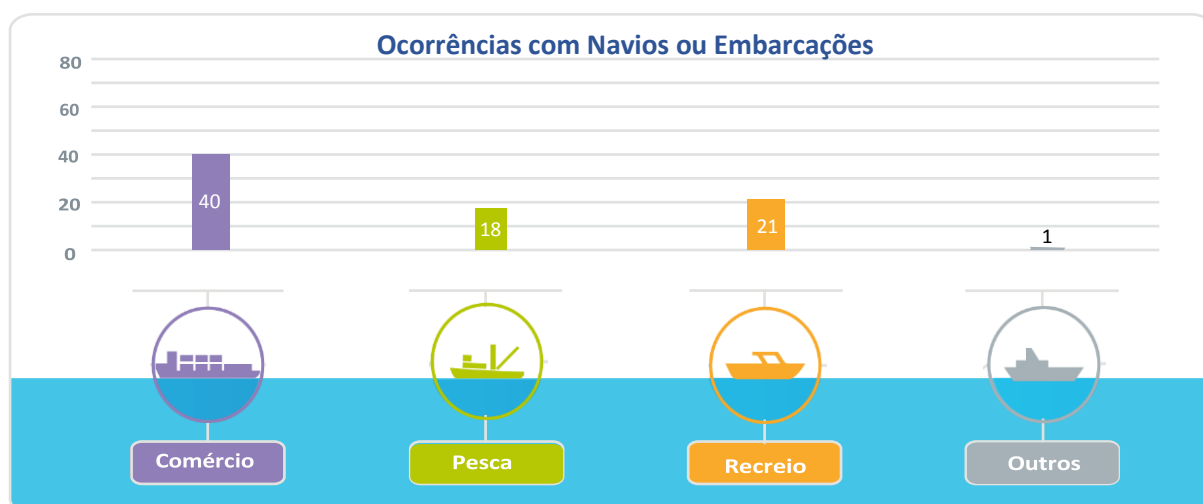
- 11 referem-se à atividade da pesca;
- 3 referem-se à atividade do comércio;
- 4 referem-se à atividade do recreio;
- resultaram 5 vítimas mortais (4 no comércio e 1 no recreio).

Ocorrências com Navios ou Embarcações

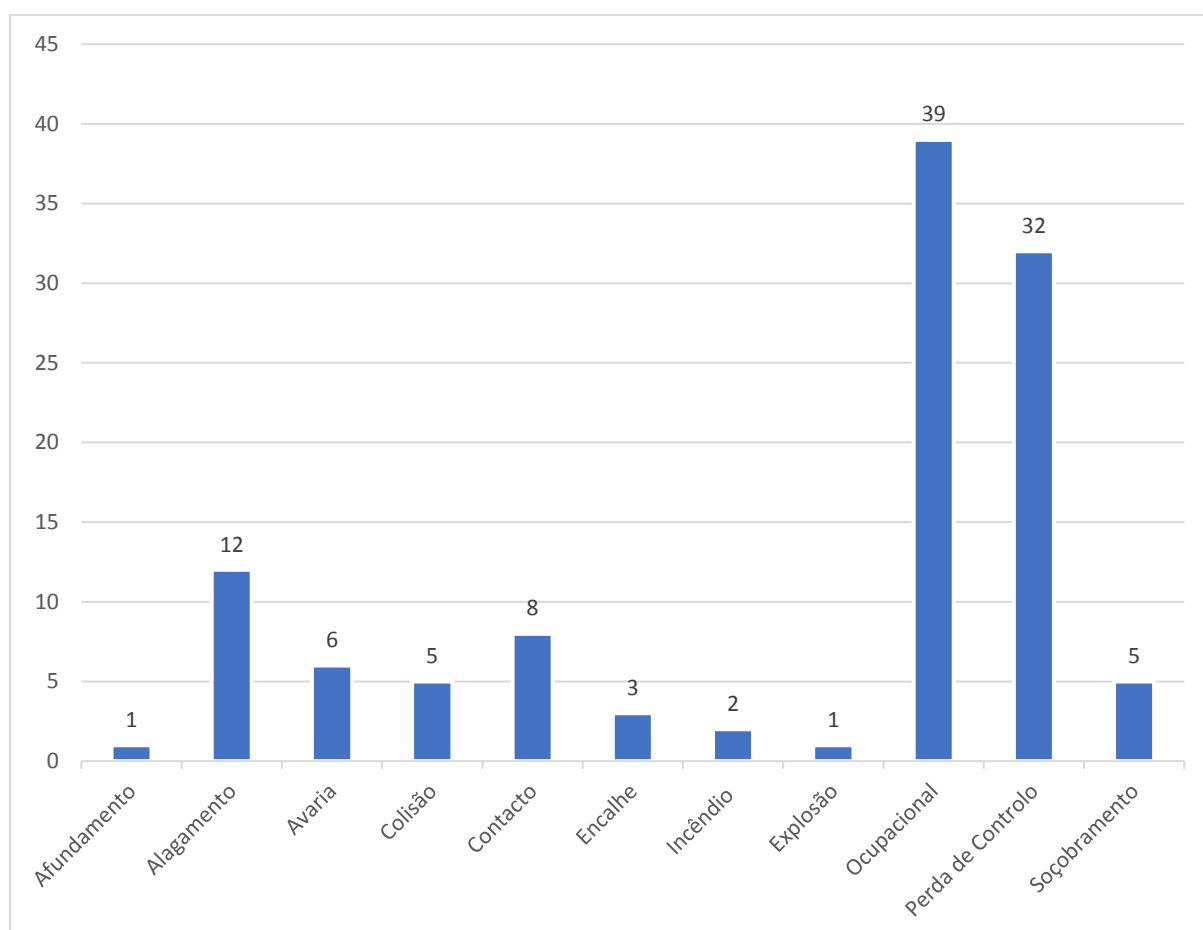
As ocorrências são classificadas em duas categorias distintas, nomeadamente:

- Ocorrências com navios ou embarcações, onde o navio/embarcação, pessoas a bordo, equipamento ou carga são afetados por um acidente ou incidente;
- Ocorrências com pessoas, também denominados acidentes ocupacionais, nos quais apenas pessoas são afetadas.

Das 119 notificações que o GAMA recebeu e tratou durante o 1º semestre de 2017, 80 foram ocorrências com navios ou embarcações e as restantes 39 dizem respeito a acidentes do tipo ocupacional.



Causas dos acidentes e incidentes



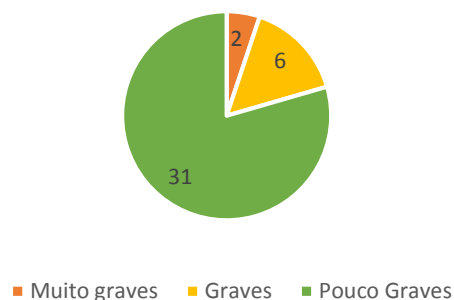
No 1º semestre de 2017 as principais causas dos acidentes ou incidentes são os ocupacionais, seguidos da perda de controlo e alagamento.

Acidentes ocupacionais

Das 39 notificações que foram classificadas como acidentes com pessoas (tipo ocupacional), 2 foram classificados como muito graves, pois resultaram vítimas mortais, 6 foram classificados como graves, pois resultaram em ferimentos graves e as restantes foram classificadas quanto à sua gravidade como sendo pouco graves.

- Ferimentos graves são, conforme definido na Lei n.º 18/2012, de 07 de maio, ferimentos sofridos por uma pessoa num acidente marítimo, do qual resulta uma incapacidade da pessoa funcionar normalmente durante mais de 72 horas, contabilizadas após um período de sete dias a contar da data em que sofreu o acidente.
- A definição de acidente pouco grave é a que consta da Circular MSC-MEPC.3/Circ.3 da Organização Marítima Internacional (IMO), de 18 de dezembro de 2008 – Acidentes pouco graves são acidentes que não se qualificam como acidentes muito graves ou acidentes graves.

Gravidade dos acidentes ocupacionais

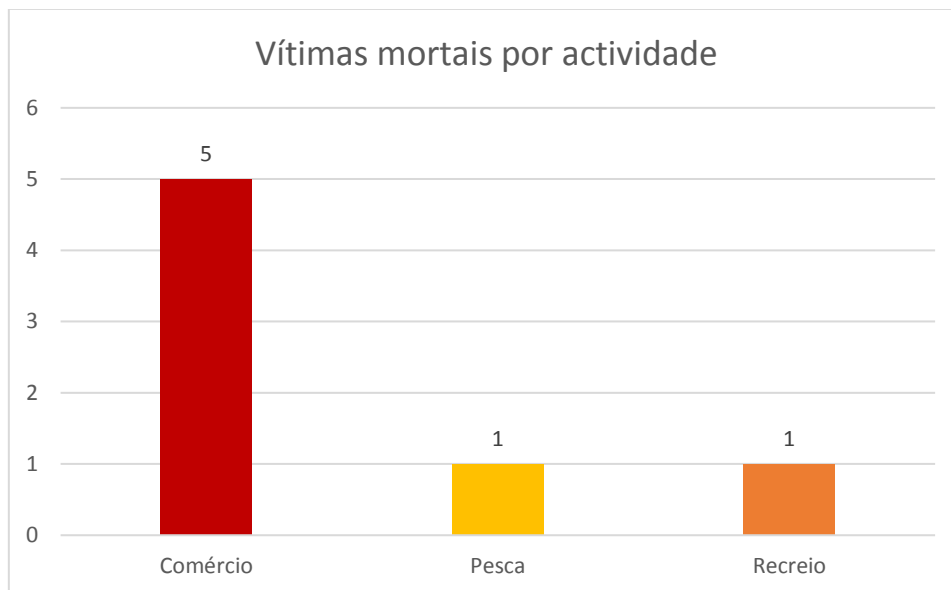


Principais causas (1º Semestre 2017)



Foram ainda considerados 5 acidentes ocupacionais ligados a operações de estiva e 3 por doença (fora do âmbito da Diretiva).

Vítimas mortais



Dos acidentes ocupacionais resultaram 2 vítimas mortais, ambas em navios de comércio (queda em porão, atingido por cabo).

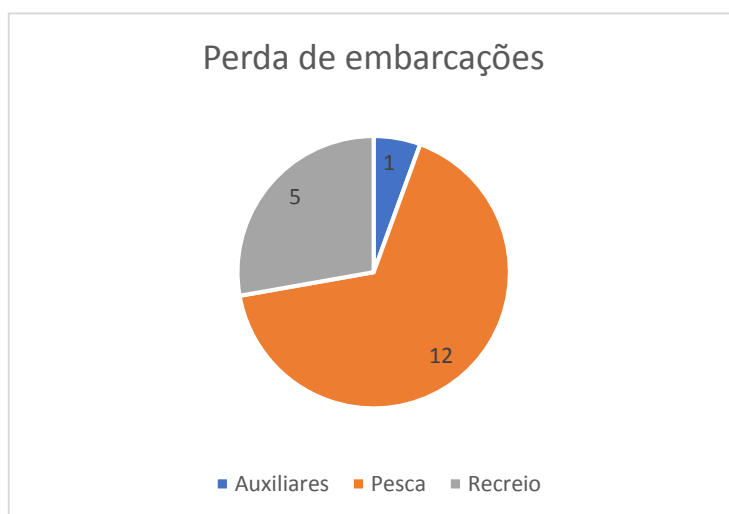
2 vítimas mortais resultantes de doença súbita a bordo foram classificadas como não acidente (comércio e pesca).

As restantes vítimas mortais ocorreram em navio de comércio (2 no mesmo acidente – explosão) e uma em recreio (alagamento/afundamento).

Perda de navios/embarcações

A perda de 18 embarcações deve-se:

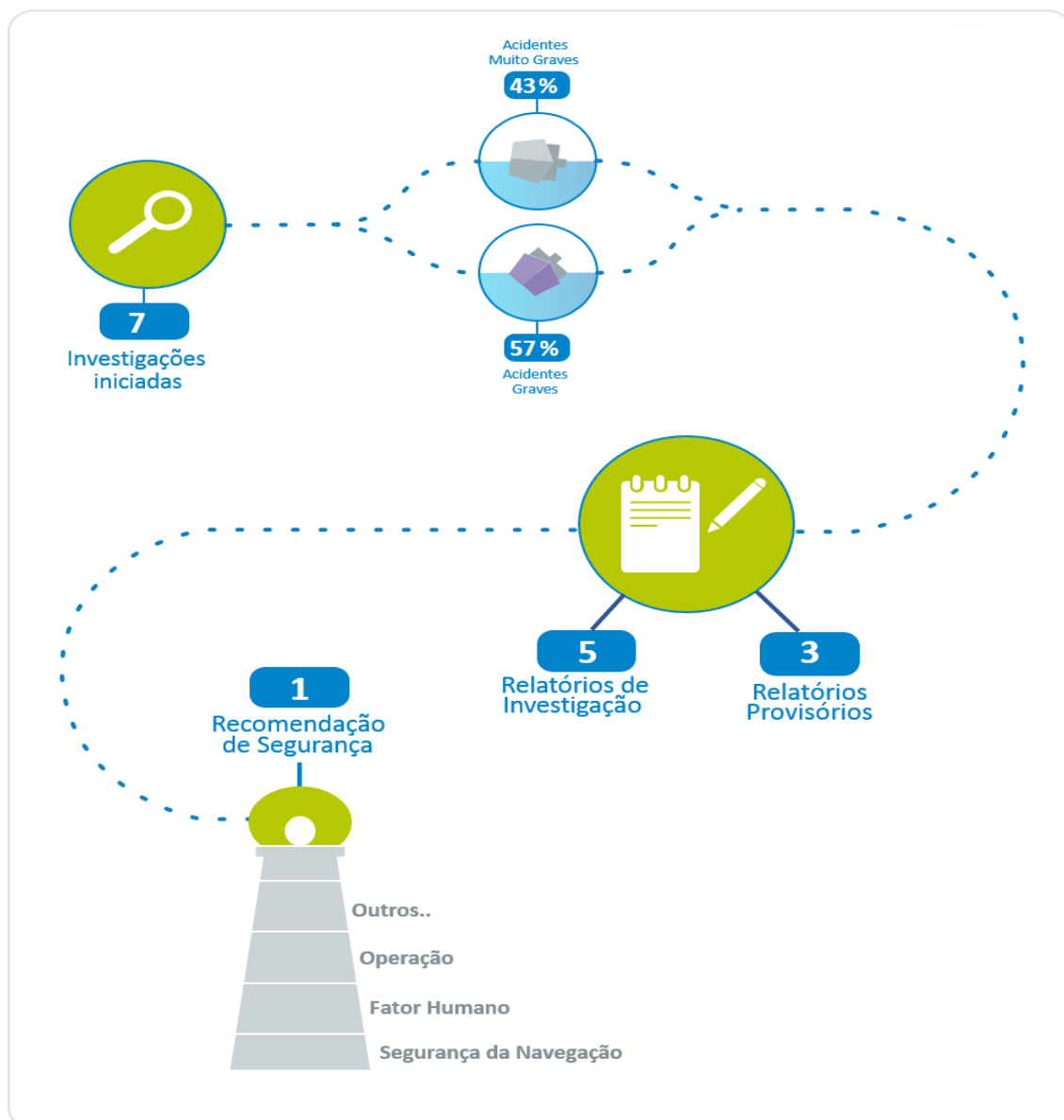
- Em 9 dos casos a alagamento (3 recreio e 6 pesca);
- 1 caso de colisão entre uma embarcação auxiliar e um navio de comércio;
- 2 casos de embarcações de pesca que embateram num objeto fixo – contacto;
- 5 casos por soçobramento (3 embarcações de pesca e 2 de recreio);
- 1 caso de afundamento de embarcação de pesca sem causa identificada (não foi possível, após análise da informação recolhida, apurar a causa).



Poluição

Os 2 acidentes em que resultou poluição estão incluídos na categoria “perda de controlo/contenção”. Num dos casos ocorreu um derrame para o mar e no outro o derrame de matéria poluente para o convés do navio, o que obrigou à paragem das operações de carga/descarga.

Investigações e Recomendações



Das 119 ocorrências notificadas, após análise preliminar, concluiu-se que 74 estão no âmbito da Lei 18/2012 que transpõe a Diretiva 2009/18/CE, tendo sido iniciadas 7 investigações:

- 3 a acidentes muito graves (investigação obrigatória), decorrendo uma em conjunto com França;
- 4 a acidentes graves (investigação não obrigatória), decorrendo uma em conjunto com Dinamarca.

No mesmo período foram concluídas 5 investigações (incluindo uma recomendação de segurança) e produzidos 3 relatórios provisórios.

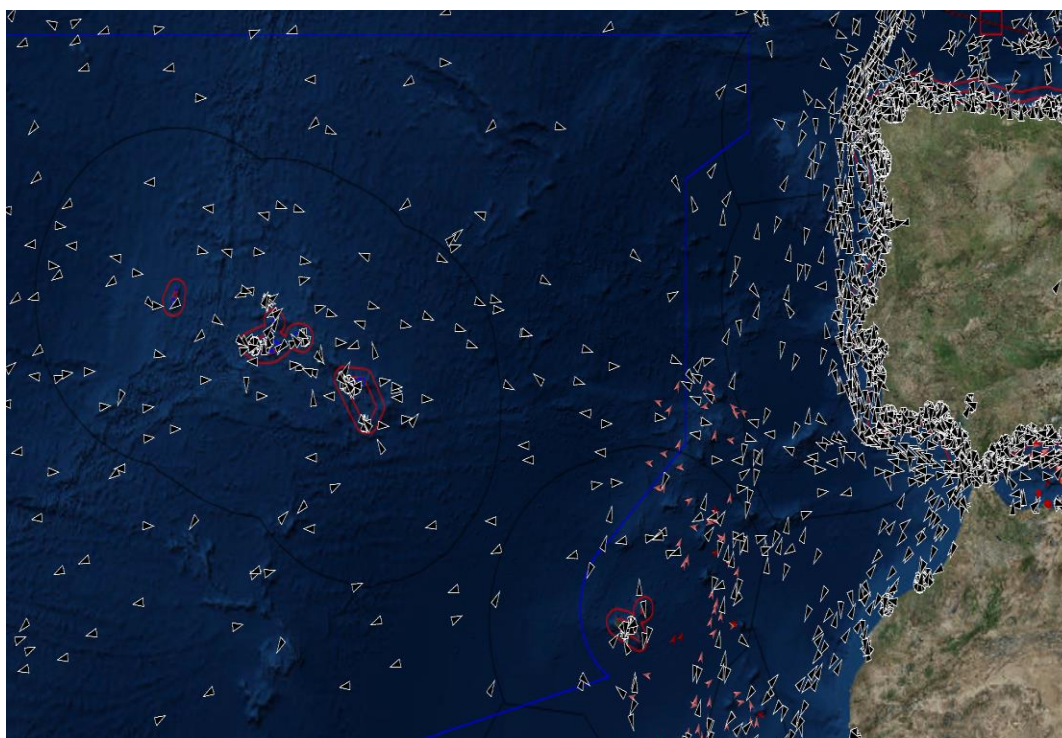
Outras atividades do GAMA

- Auditoria da EMSA ao GAMA no final de janeiro, no âmbito do cumprimento da Diretiva 2009/18/CE;
- Formação: “*Joint SafeSeaNet – CECIS Training for Marine Pollution Response Authorities*” - EMSA;
- Participação na 7ª reunião PCF – EMSA;
- Participação na reunião do WG4 (*Training*) da PCF – EMSA;
- Participação na reunião “5th New EMCIP Focus Group Meeting” – EMSA;
- Participação nas reuniões da Comissão Permanente de Acompanhamento para a Segurança dos Homens do Mar (CPASHM);
- Revisão dos protocolos de cooperação com a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e com a Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM).

Área de competência do GAMA – Investigação de Acidentes

O número de navios nacionais (registo convencional e internacional) ronda os 500 a navegar um pouco por todo o mundo. Existe ao longo de toda a costa portuguesa uma grande densidade de tráfego marítimo, que na sua maioria navega entre os esquemas de separação de tráfego adjacentes (cabo da Roca e S. Vicente) mas que também se dirige para portos do continente e ilhas.

No caso de acidente ou incidente muitos destes navios encontram-se a menos de 12 milhas náuticas da costa portuguesa, ficando assim em águas territoriais portuguesas nas quais o GAMA é a única entidade competente para a investigação de acidentes marítimos.



Atividade de navios e embarcações com sistema de identificação automático (AIS) num período de 24 horas.

O GAMA

O GAMA é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa e sob a dependência do membro do Governo responsável pelo mar.

O GAMA tem por missão investigar os acidentes e incidentes marítimos, com o objetivo de identificar as respetivas causas, elaborar e divulgar os correspondentes relatórios, promover estudos, formular recomendações em matéria de segurança marítima que visem reduzir a sinistralidade marítima e assegurar a participação em comissões, organismos ou atividades, nacionais ou estrangeiras.

ENQUADRAMENTO LEGAL

- » Diretiva 2009/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril
- » Regulamento (UE) n.º 1286/2011 da Comissão, de 9 de dezembro - metodologia comum para a investigação de acidentes marítimos
- » Lei n.º 18/2012, de 7 de maio
- » Decreto-Lei n.º 236/2015, de 14 de outubro.



Rua C. do Aeroporto de Lisboa
1749-007 Lisboa - Portugal

Tel: +351 218 447 146
E-Mail: gama@gama.mm.gov.pt

Tel 24h: +351 967 852 458

www.gama.mm.gov.pt



Reduzir
a sinistralidade marítima



Prevenir
a poluição marítima



Reforçar
a segurança marítima



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

MAR



NOTIFICAÇÃO

Devem ser notificados ao GAMA todos os acidentes marítimos muito graves e graves no prazo de 6 horas após a sua ocorrência e os restantes acidentes e incidentes no prazo de 48 horas, por parte das seguintes pessoas ou entidades:

- » Comandante, mestre ou arrais do navio;
- » Proprietário ou companhia do navio envolvido;
- » Centro Costeiro geograficamente competente;
- » Autoridades Portuárias;
- » Profissionais de pilotagem dos portos e barras;
- » Organização reconhecida responsável pela emissão de certificado estatutário do navio;
- » Órgãos locais da Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM);
- » Direção-Geral de Recursos Naturais Segurança e Serviços Marítimos (DGRM);
- » Outras entidades públicas e privadas.

PROCEDIMENTOS DE NOTIFICAÇÃO

Através do preenchimento do formulário disponível na página electrónica do GAMA em:



www.gama.mm.gov.pt



INVESTIGAÇÃO TÉCNICA DE ACIDENTES E INCIDENTES MARÍTIMOS

Após a receção da notificação de um acidente ou incidente marítimo, cabe aos investigadores do GAMA reunir as evidências necessárias para o início da investigação.

Em acidentes classificados como muito graves, uma investigação técnica de segurança iniciar-se-á imediatamente. Para outros acidentes e incidentes, pode ser necessário realizar uma avaliação preliminar durante a qual são obtidos mais detalhes para estabelecer se é necessária uma investigação.

Todas as partes envolvidas serão informadas destas decisões. A recolha de informações relacionadas com o acidente / incidente envolverá normalmente a visita ao(s) navio(s) envolvido(s), entrevistas à tripulação, passageiros, pessoal de terra, outras testemunhas ou sobreviventes e a recolha de provas físicas e eletrónicas. Os investigadores do GAMA analisarão as evidências para determinar os fatores causais e contributivos que estiveram na origem do acidente ou incidente. Uma vez concluída a fase de investigação, é elaborado o relatório técnico, incluindo recomendações de segurança, sempre que adequado. Cada relatório técnico é distribuído para consulta às partes interessadas e todas as propostas serão consideradas antes de serem publicadas e tornadas públicas.

Todas as publicações do GAMA - relatórios de investigação de segurança, recomendações de segurança, análise estatística e outras, podem ser visualizadas na página eletrónica do GAMA. O corpo técnico do GAMA faz apresentações regulares em entidades relacionadas com o mar, com o objetivo de difundir a mensagem de segurança em toda a indústria marítima.



Reduzir
a sinistralidade marítima



Prevenir
a poluição marítima



Reforçar
a segurança marítima



ATRIBUIÇÕES

- » Desenvolver, de modo autónomo e independente, as atividades de investigação técnica relativas a acidentes e incidentes marítimos, com vista a apurar as respetivas causas;
- » Respeitar a metodologia comum para a investigação de acidentes e incidentes marítimos;
- » Assegurar que a investigação técnica é iniciada logo após a verificação do acidente ou incidente marítimo, ou no prazo de dois meses após a ocorrência do mesmo;
- » Assegurar a elaboração, atempada e rigorosa, dos relatórios das investigações e promover a sua divulgação, incluindo as suas conclusões e eventuais recomendações no prazo de 12 meses após a data do acidente;
- » Divulgar todas as causas do acidente ou incidente marítimo;
- » Cooperar nas investigações técnicas conduzidas pelos órgãos de investigação de outros Estados-Membros da União Europeia;
- » Proceder à recolha e análise de dados relativos à segurança marítima;
- » Participar nas atividades desenvolvidas ao nível de organizações internacionais ou europeias no domínio da investigação e prevenção de acidentes marítimos;
- » Organizar e divulgar a informação relativa à investigação e prevenção de acidentes e incidentes marítimos;
- » Preparar, organizar e divulgar estatísticas dos acidentes e incidentes marítimos;
- » Notificar a Comissão Europeia de todos os acidentes e incidentes marítimos que envolvam um navio que avora a bandeira nacional, dos acidentes e incidentes marítimos que ocorram no mar territorial do Estado Português ou nas suas águas interiores e ainda dos acidentes e incidentes marítimos que impliquem outros interesses legítimos do Estado Português.